

SEGUNDO PERÍODO

Conhecimentos gerais

1. Durante cinco minutos, a torre Eiffel, um dos ícones da cidade-luz, ficou apagada. Em Roma, a prefeitura foi iluminada com as cores azul, branca e vermelha. Em Brasília, a embaixada francesa adotou um minuto de silêncio, assim como em outras partes do planeta. As homenagens às vítimas do atentado se reproduziram globalmente, em repúdio ao terrorismo. Fontes oficiais afirmam que um dos autores, de origem franco-argelina, recebeu treinamento militar da Al-Qaeda no Iêmen. (Correio Braziliense. 9/1/2015 (com adaptações))

Considerando o fragmento de texto acima como referência e os múltiplos aspectos relacionados ao tema por ele abordado, assinale a alternativa incorreta.

A) O texto remete aos recentes atentados terroristas ocorridos em Paris, cujos alvos foram a redação da revista Charlie Hebdo — que resultou na morte de vários de seus mais conhecidos colaboradores — e uma mercearia especializada na venda de alimentos voltados para o público judeu.

B) Há consenso entre os especialistas de que as ações terroristas protagonizadas por seguidores radicais do Islã, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda, refletem um choque de civilizações no qual o Oriente se insurge contra a histórica dominação ocidental.

C) A expressão *je suis Charlie* (eu sou Charlie), presente em cartazes logo nas primeiras manifestações de repúdio aos atos de terror na capital francesa, passou a ser utilizada em várias regiões do planeta como forma de solidariedade aos jornalistas mortos. Por meio da expressão, afirma-se que a violência praticada ultrapassa suas vítimas diretas, atingindo a todos indistintamente.

D) A organização terrorista mencionada no texto foi acusada de ter praticado os atentados contra os Estados Unidos da América no dia onze de setembro de 2001, que destruiu as torres do edifício World Trade Center, em Nova Iorque, e de parte do prédio do Pentágono, em Washington, o que foi reconhecido por Osama Bin Laden.

2. Com a globalização da economia social por meio das organizações não governamentais, surgiu uma discussão do conceito de empresa, de sua forma de concepção junto às organizações brasileiras e de suas práticas. Cada vez mais, é necessário combinar políticas públicas que priorizam modernidade e competitividade com o esforço de incorporação dos setores atrasados, mais intensivos de mão de obra. (Disponível em: <<http://unpan1.un.org>>.)

A respeito dessa temática, avalie as afirmações a seguir.

I - O terceiro setor é uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral.

II - É o terceiro setor que viabiliza o acesso da sociedade à educação e ao desenvolvimento de técnicas industriais, econômicas, financeiras, políticas e ambientais.

III - A responsabilidade social tem resultado na alteração do perfil cooperativo e estratégico das empresas que têm reformulado a cultura e a filosofia que orientam as ações institucionais.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

3. Importante website de relacionamento caminha para 700 milhões de usuários. Outro conhecido servidor de microblogging acumula 140 milhões de mensagens ao dia. É como se 75% da população brasileira postasse um comentário a cada 24 horas. Com as redes sociais cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas é inevitável que muita gente encontre nelas uma maneira fácil, rápida e abrangente de se manifestar.

Uma rede social de recrutamento revelou que 92% das empresas americanas já usaram ou planejam usar as redes sociais no processo de contratação. Destas, 60% assumem que bisbilhotam a vida dos candidatos em websites de rede social.

Realizada por uma agência de recrutamento, uma pesquisa com 2.500 executivos brasileiros mostrou que 44% desclassificariam, no processo de seleção, um candidato por seu comportamento em uma rede social.

Muitas pessoas já enfrentara, problemas por causa de informações online, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Algumas empresas e instituições, inclusive, já adotaram cartilhas de conduta em redes sociais. (POLONI, G. O lado perigoso das redes sociais. Revista INFO, p. 70-75, julho de 2011 - adaptado)

De acordo com o texto,

A) Mais da metade das empresas americanas evita acessar websites de redes sociais de candidatos a emprego.

B) Empresas e instituições estão atentas ao comportamento de seus funcionários em websites de redes sociais.

C) A complexidade dos procedimentos de rastreio e monitoramento de uma rede social impede que as empresas tenham acesso ao perfil de seus funcionários.

D) As cartilhas de conduta adotadas nas empresas proíbem o uso de redes sociais pelos funcionários, em vez de recomendar mudanças de comportamento.

4. Uma ideia e um aparelho simples devem, em breve, ajudar a salvar vidas de recém-nascidos. Idealizado pelo mecânico argentino Jorge Odón, o dispositivo que leva seu sobrenome desentala um bebê preso no canal vaginal - e, por mais inusitado, que pareça, foi criado com base em técnica usada para remover rolhas de dentro de garrafas. O aparelho consiste em uma bolsa plástica inserida em uma proteção feita do mesmo material e que envolve a cabeça da criança. Estando o dispositivo devidamente posicionado, a bolsa é inflada para aderir à cabeça do bebê e ser puxada aos poucos, de forma a não machucá-lo. O método de Odón deve substituir outros já arcaicos como o de fórceps e o de tubos de sucção, os quais, se usados por mãos maltreinadas, podem comprometer a vida do bebê, o que, segundo especialistas, não deve acontecer com o novo equipamento.

Segundo o The New York Times, a ideia recebeu apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e já foi até licenciada por uma empresa norte-americana de tecnologia médica. Não se sabe quando o equipamento começará a ser produzido nem o preço a ser cobrado, mas presume-se que ele não passará de 50 dólares, com redução do preço em países mais pobres. (GUSMÃO, G. Aparelho deve facilitar partos em situações de emergência. In: Revista Exame, editora Abril)

Com relação ao texto acima, avalie as afirmações a seguir.

I - A utilização do método Odón poderá reduzir a taxa de mortalidade de crianças ao nascer, mesmo em países pobres.

II - Por ser uma variante dos tubos de sucção, o aparelho desenvolvido por Odón é resultado de aperfeiçoamento de equipamentos de parto.

III - Por seu uso simples, o dispositivo de Odón tem grande potencial de ser usado em países onde o parto é usualmente realizado por parteiras.

IV - A possibilidade de, em países mais pobres, reduzir-se o preço do aparelho idealizado por Odón evidencia preocupação com a responsabilidade social.

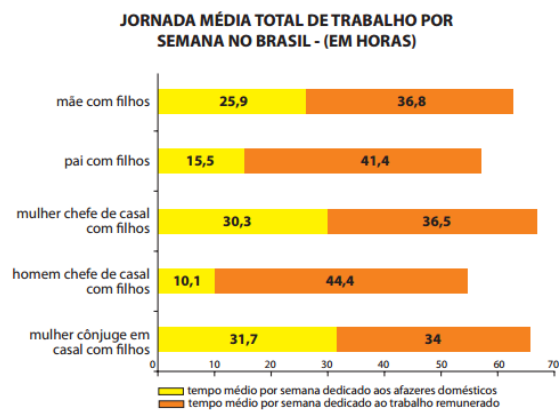
É correto apenas o que afirma em

- A) I e II
- B) I e IV
- C) II e III
- D) I, III e IV

5. As mulheres frequentam mais os bancos escolares que os homens, dividem seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa, geram renda familiar, porém continuam ganhando menos e trabalhando mais que os homens.

As políticas de benefícios implementadas por empresas preocupadas em facilitar a vida das funcionárias que têm criança pequena em casa já estão chegando ao Brasil. Acordos de horários flexíveis, programas como o auxílio-creche, auxílio-

babá e auxílio-alimentação são alguns dos benefícios oferecidos. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>)



Considerando o texto e o gráfico, avalie as informações a seguir.

I - O somatório do tempo dedicado pelas mulheres ao afazeres domésticos e ao trabalho remunerado é superior ao dedicado pelos homens, independentemente do formato da família.

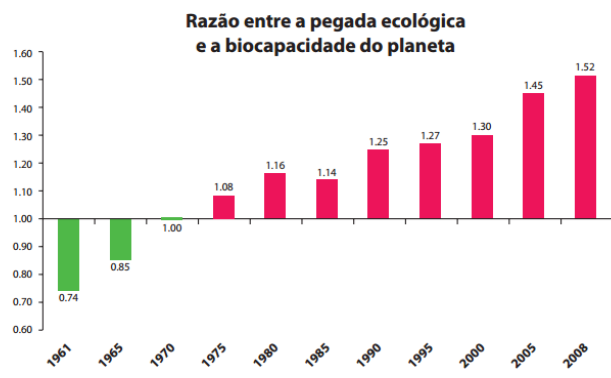
II - O fragmento de texto e os dados do gráfico apontam para a necessidade de criação de políticas que promovam a igualdade entre os gêneros no que concerne, por exemplo, a tempo médio dedicado ao trabalho e remuneração recebida.

III - No fragmento de reportagem apresentado, ressalta-se a diferença entre o tempo dedicado por mulheres e homens ao trabalho remunerado, sem alusão aos afazeres domésticos.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

6. Pegada ecológica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais que necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de área equivalente a 10 000 m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada ecológica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio ambiente é a repostada na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à capacidade do planeta de se recuperar e, se for inferior a 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.



Disponível em: <<http://financasfaceis.wordpress.com>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O aumento da razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade representado no gráfico evidencia

- A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000 m² devido ao padrão de consumo de produtos agrícolas.
 B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.
 C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas
 D) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

7. O quadro a seguir apresenta a proporção (%) de trabalhadores por faixa de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho, no Brasil e em três cidades brasileiras.

Tempo de deslocamento	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
Até cinco minutos	12,70	5,80	5,10	7,80
De seis minutos até meia hora	52,20	32,10	31,60	45,80
Mais de meia hora até uma hora	23,60	33,50	34,60	32,40
Mais de uma hora até duas horas	9,80	23,20	23,30	12,90
Mais de duas horas	1,80	5,50	5,30	1,20

CENSO 2010/IBGE (adaptado).

Com base nos dados apresentados e considerando a distribuição da população trabalhadora nas cidades e as políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, avalie as afirmações a seguir.

I - A distribuição das pessoas por faixa de tempo de deslocamento casa-trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro é próxima à que se verifica em São Paulo, mas não em Curitiba e na média brasileira.

II - Nas metrópoles, em geral, a maioria dos postos de trabalho está localizada nas áreas urbanas centrais, e as residências da população de baixa renda estão concentradas em áreas irregulares ou na periferia, o que aumenta o tempo gasto por esta

população no deslocamento casa-trabalho e o custo do transporte.

III - As políticas públicas referentes a transportes urbanos, como, por exemplo, o Bilhete Único e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ao serem implementadas, contribuem para redução do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho e do custo do transporte.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
 B) III, apenas.
 C) I e II apenas.
 D) I, II e III.

8. O trecho da música "Nos bailes da vida", de Milton Nascimento, "todo artista tem de ir aonde o povo está", é antigo, e a música, de tão tocada, acabou por se tornar um estereótipo de tocadores de violões e de rodas de amigos em Visconde de Mauá, nos anos 1970. EM tempos digitais, porém, ela ficou mais atual do que nunca. É fácil entender o porquê: antigamente, quando a informação se concentrava em centros de exposição, veículos de comunicação, editoras, museus e gravadoras, era preciso passar por uma série de curadores, para garantir a publicação de um artigo ou livro, a gravação de um disco ou a produção de uma exposição. O mesmo funil, que poderia ser injusto e deixar grandes talentos de fora, simplesmente porque não tinham acesso às ferramentas, às pessoas, ou às fontes de informação, também servia como filtro de qualidade. Tocar violão ou encenar uma peça de teatro em um grande auditório costumava ter um peso muito maior do que fazê-lo em um bar, um centro cultural ou uma calçada. Nas raras ocasiões em que esse valor se invertia, era justamente porque, para uso do espaço "alternativo", havia mecanismos de seleção tão ou mais rígidos que os do espaço oficial. (RADFAHRER, L. Todo artista tem de ir aonde o povo está. In: Itaú Cultural).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O processo de evolução tecnológica da atualidade democratiza a produção e a divulgação de obras artísticas, reduzindo a importância que os centros de exposição tinham nos anos 1970.

PORQUE

II - As novas tecnologia possibilitam que artistas sejam independentes, montem seus próprios ambientes de produção e disponibilizem seus trabalhos, de forma simples, para um grande número de pessoas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

9. O ciclo da política pública pode ser interpretado da seguinte forma: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda-setting (inserção ou exclusão do tema da pauta); 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e 5) avaliação de políticas e eventual correção da ação. Conforme este modelo, o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos, que na prática, não são seguidos à risca pelos atores político-administrativos. Os processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se em todas as fases do ciclo, ou seja, a avaliação e correção da ação pode ser feita em todas as etapas, conduzindo a adaptações permanentes dos programas. (FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, v. 21, 2000)

O texto trata do ciclo de políticas públicas, o qual

A) é um modelo padrão, utilizado pelo Legislativo para fiscalizar obras executadas pelos governos.

B) induz ao erro político, pois não há espaço para a construção de políticas públicas com efetividade para a população.

C) é um modelo padrão, utilizado pelos governos para a implementação de políticas públicas, independentemente do contexto.

D) oferece um quadro de referência para a análise processual da política pública, servindo como um modelo para a avaliação da política pública.

10. A Antropologia e o Direito, cada qual como um domínio do saber, contribuem para a eficácia dos laudos antropológicos. Há regras e expectativas que não se limitam à produção antropológica. A busca e a apresentação de provas durante a perícia não podem ficar restritas ao domínio da teoria antropológica. A Ciência do Direito contribui com a orientação de como proceder na investigação, que leva à apresentação de provas para o conhecimento do Juiz Federal e fornece fundamentos antropológicos ao laudo. O Direito define o que é a perícia. A Etnografia que o antropólogo produz sobre determinado povo indígena contribui para informar sobre o território, a antiguidade da ocupação indígena, a língua falada, ou as línguas faladas (o Kaingang e o português, por exemplo), o tipo de organização social, as relações sociais e de parentesco, o papel da família, a família nuclear, a família extensa, a monogamia, a poliandria, a poliginia, as relações que se estabelecem entre índios e não índios no contexto das relações interétnicas, ou intratribais, como o povo indígena elabora e manifesta a sua identidade, como explora o meio ambiente, como

organiza suas roças, a coleta, a caça, a pesca com armadilhas, observa as plantas, cria saberes sobre as plantas que encontra na natureza, realiza a medicina caseira.

(HELM, C. M. V. A etnografia, a perícia e o laudo antropológico nos processos judiciais. Cadernos da Escola de Direito e relações internacionais, v. 1, n. 15, 2011, p. 5-17)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A comunidade indígena constitui-se como sujeito de direitos diante de instituições, normas e procedimentos administrativos.

PORQUE

II - Os laudos antropológicos são elaborados com base nas perícias jurídicas e na etnografia produzida por antropólogos sobre determinados povos indígenas.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Linguagem Jurídica

11.

Samba do Approach

Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch
 Eu ando de ferryboat
 Eu tenho savoir-faire
 Meu temperamento é light
 Minha casa é hi-tech
 Toda hora rola um insight
 Já fui fã do Jethro Tull
 Hoje me amarro no Slash
 Minha vida agora é cool
 Meu passado é que foi trash
 Fica ligada no link
 Que eu vou confessar, my love
 Depois do décimo drink
 Só um bom e velho engov
 Eu tirei o meu green card
 E fui pra Miami Beach
 Posso não ser pop star
 Mas já sou um nouveau riche
 Eu tenho sex-appeal
 Saca só meu background
 Veloz como Damon Hill
 Tenaz como Fittipaldi
 Não dispenso um happy end

Quero jogar no dream team
De dia um macho man
E de noite uma drag queen.
(Zeca Baleiro)

Considerando o texto, avalie as informações a seguir.

I- "(...) Assim, nenhum verbo importado é defectivo ou simplesmente irregular, e todos são da primeira conjugação e se conjugam como os verbos regulares da classe."(POSSENTI, Sírio. Revista Língua. Ano I, n.3, 2006.)

II- "O estrangeirismo lexical é válido quando há incorporação de informação nova, que não existia em português."

III- "O problema do empréstimo lingüístico não se resolve com atitudes reacionárias, com estabelecer barreiras ou cordões de isolamento à entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se, queiram ou não queiram os seus gramáticos, à condição de mero usuário de criações alheias."

(CUNHA, Celso. A língua portuguesa e a realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.)

IV- "Para cada palavra estrangeira que adotamos, deixa-se de criar ou desaparece uma já existente."

(PILLA, Éda Heloisa. Os neologismos do português e a face social da língua. Porto Alegre: AGE, 2002.)

O Samba do Approach, de autoria do maranhense Zeca Baleiro, ironiza a mania brasileira de ter especial apego a palavras e a modismos estrangeiros. As assertivas que se confirmam na letra da música são, apenas,

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

12. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. (Leonardo Boff. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997, p. 9.)

Considerando o fragmento de texto acima apresentado, analise o seguinte enunciado:

Na leitura, fazemos mais do que decodificar as palavras

PORQUE

a imagem impressa envolve atribuição de sentidos a partir do ponto de vista de quem lê.

Assinale a opção correta a respeito desse enunciado.

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda não é justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.

Texto para as questões 13 e 14:

Em relação aos estigmas linguísticos, vários estudiosos contemporâneos julgam que a forma como olhamos o "erro" traz implicações para o ensino de língua.

A esse respeito leia a seguinte passagem, adaptada da fala de uma alfabetizadora de adultos, da zona rural, publicada no texto *Lé com Lé, Cré com Cré*, da obra "O Professor Escreve sua História", de Maria Cristina de Campos. "Apresentei-lhes a família do Ta, Te, Ti, To, Tu.

De posse desses fragmentos, pedi-lhes que formassem palavras, combinando-os de forma a encontrar nomes de pessoas ou objetos com significação conhecida. Lá vieram Totó, Tito, tatu e, claro, em meio à grande alegria de pela primeira vez escrever algo, uma das mulheres me exibiu triunfante a palavra teto.

Emocionei-me e aplaudi sua conquista e convidei-a a ler para todos.

Sem nenhum constrangimento, vitoriosa, anunciou em alto e bom som: "teto é aquela doença ruim que dá quando a gente tem um machucado e não cuida direito". (Maria Eunice Moreira, Marisa Magnus Smith e Jocelyne da Cunha Bocchese (Orgs.)

13. Considerando o contexto do ensino de língua descrito no texto acima, analise o seguinte enunciado:

O uso de "teto" em lugar de tétano não deve ser considerado desconhecimento da língua

PORQUE

esse uso revela a gramática interna da aluna.

Assinale a opção correta a respeito desse enunciado.

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa correta a primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.

14. O fenômeno sociolinguístico constituído pela passagem da proparoxítora "tétano" para a paroxítora "teto", na variedade apresentada, é observado também no emprego de:

(A) "mortandela" em lugar de mortadela, e "cunzinha" em vez de cozinha.

- (B) “paia” em lugar de palha, e “fio” em lugar de filho.
 (C) “figo” em lugar de fígado, e “arvre” em vez de árvore.
 (D) “bandeija” em lugar de bandeja, e “naiscer” em lugar de nascer.

15. Analise a charge abaixo para responder à questão:



Disponível em <http://dukechargista.com.br/>

A charge de Duke utiliza as linguagens verbal e não verbal para tecer uma crítica social e política. As charges utilizam os recursos do desenho e do humor para tecer algum tipo de crítica a diversas situações do cotidiano. Sobre a charge do chargista Duke, analise as seguintes afirmações e julgue aquelas que são verdadeiras:

- I. Através da expressão do torcedor, podemos notar que ele se encontra entusiasmado com a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil;
- II. Através da gradação na mudança de expressão do torcedor, podemos perceber que ele possui uma visão crítica sobre a realização da Copa no Brasil;
- III. Não podemos afirmar que exista qualquer tipo de comentário crítico nas entrelinhas da charge, pois essa tem apenas a função de divertir o leitor;
- IV. Podemos inferir que o entusiasmo inicial pela realização dos jogos no Brasil foi substituído por uma postura pessimista por parte da personagem retratada.

São verdadeiras:

- a) I e III.
- b) I, IV e III.
- c) II e IV.

d) I, II e IV.

16. TEXTO I

“No seu conjunto, a linguagem jurídica é uma linguagem prática. Ela está a serviço do direito. Ela é ordenada à criação e à realização do direito. Mas esta destinação global não impede que a linguagem jurídica assuma uma pluralidade de funções; pelo contrário, unida ao direito, do qual é a expressão, a linguagem assume as diversas funções.

Assim, parece de início que a linguagem jurídica, instrumento de elaboração da lei (no sentido genérico do termo), do julgamento, das convenções e mesmo da literatura jurídica, participa das funções legislativa, judiciária, da atividade contratual, da criação doutrinária, da ação administrativa. A linguagem acompanha todas as fontes e vias do direito. Ela circula em todos os canais da criação e da realização do direito.”

Texto II

“A linguagem do direito compreende, pois, vários níveis. A suposição global de uma única realidade é substituída pela observação de muitos níveis lingüísticos. Não existe uma linguagem jurídica, mas uma linguagem legislativa, uma linguagem judiciária, uma linguagem convencional, uma linguagem administrativa, uma linguagem doutrinária. O estudo do discurso jurídico não pode ser feito a não ser por nível de linguagem.” (Português forense: língua portuguesa para curso de direito / João Bosco Medeiros, Carolina Tomasi, 2013).

Assim, levando-se em consideração que a finalidade é que atribui a juridicidade à linguagem jurídica, pode-se detalhar seus níveis em:

- I- linguagem legislativa — a linguagem dos códigos, das normas; sua finalidade: criar o direito;
- II - linguagem judiciária, forense ou coloquial — é a linguagem dos processos; sua finalidade é aplicar o direito;
- III - linguagem convencional ou contratual — é a linguagem dos contratos, por meio dos quais se criam direitos e obrigações entre as partes;
- IV - linguagem doutrinária — é a linguagem dos mestres, dos doutrinadores, cuja finalidade é explicar os institutos jurídicos, é ensinar o direito;
- V - linguagem cartorária ou notarial — a linguagem jurídica que tem por finalidade registrar os atos de direito.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I, II e V
- B) II, III e IV
- C) III, IV e V
- D) I,III,IV e V

17. Texto I

“No campo da hermenêutica jurídica, ou ciência que estuda a interpretação e aplicação das leis, os

paradoxos existem na tradução do que se encontra escrito para o conceito do aplicador do Direito. Isto, quando há norma escrita. Em não havendo, mais paradoxos passam a existir, pois a busca por lei análoga ou pelos princípios gerais do Direito forma um conjunto vasto de interpretação e uma variedade elástica da concretização do que há na face abstrata. Algumas leis são feitas com uso de termos que têm acepções várias.”

Texto II

“A língua portuguesa, como se sabe, contém termos de entendimento mais imediato e outros cujo discernimento exige um estudo mais metucioso, mais profundo. Tendo como berço o latim clássico e vulgar, e ainda entremeada de legados linguísticos de idiomas como o africano, o árabe, o tupi e os dialetos crioulos (mistura da romanização com as línguas locais) de diversos lugares, a língua portuguesa do Brasil reserva algumas dificuldades aos seus usuários. Em verdade, a norma culta da língua portuguesa (como um todo e não somente a falada no Brasil) não é a que se aprende em casa: para bem saber o idioma portugalense há de frequentar escolas e estudá-lo bem; exatamente como necessário à aquisição de uma segunda língua.

Por todas as dificuldades já expostas, a interpretação das leis brasileiras é um exercício que exige técnica e estudos próprios. E, pelos mesmos motivos, as interpretações são alcançadas pelas visões diversas, pelas interferências pessoais no que, inicialmente, tentou-se escrever. E isto justifica o uso da interferência polissêmica como a maior responsável pela criação de paradoxos na interpretação do Direito brasileiro.”

Fontes: www.oabgo.org.br, www.tjdft.jus.br, www.fdv.br.

O fenômeno linguístico do qual trata os textos é:

- A) Sinonímia
- B) Paronímia
- C) Polisssemia
- D) Ambiguidade

18.O senhor

Carta a uma jovem que, estando em uma roda em que dava aos presentes o tratamento de você, se dirigiu ao autor chamando-o “o senhor”:

Senhora:

Aquele a quem chamastes senhor aqui está, de peito magoado e cara triste, para vos dizer que senhor ele não é, de nada, nem de ninguém.

Bem o sabeis, por certo, que a única nobreza do plebeu está em não querer esconder sua condição, e esta nobreza tenho eu. Assim, se entre tantos senhores ricos e nobres a quem chamáveis você escolhestes a mim para tratar de senhor, é bem de ver que só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa e na prata de meus cabelos. Senhor de muitos anos, eis aí; o território onde eu mando é no país do tempo que foi. Essa

palavra “senhor”, no meio de uma frase, ergueu entre nós um muro frio e triste.

Vi o muro e calei: não é de muito, eu juro, que me acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.

(BRAGA, R. A borboleta amarela. Rio de Janeiro: Record, 1991.)

A escolha do tratamento que se queira atribuir a alguém geralmente considera as situações específicas de uso social. A violação desse princípio causou um mal-estar no autor da carta. O trecho que descreve essa violação é:

A) “Essa palavra, ‘senhor’, no meio de uma frase ergueu entre nós um muro frio e triste.”

B) “A única nobreza do plebeu está em não querer esconder a sua condição.”

C) “Só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa.”

D) “Não é de muito, eu juro, que acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.”

19.Desabafo

Desculpem-me, mas não dá pra fazer uma cronicazinha divertida hoje. Simplesmente não dá. Não tem como disfarçar: esta é uma típica manhã de segunda-feira. A começar pela luz acesa da sala que esqueci ontem à noite. Seis recados para serem respondidos na secretária eletrônica. Recados chatos. Contas para pagar que venceram ontem. Estou nervoso. Estou zangado. (CARNEIRO, J. E. Veja, 11 set. 2002 (fragmento).)

Nos textos em geral, é comum a manifestação simultânea de várias funções da linguagem, com o predomínio, entretanto, de uma sobre as outras. No fragmento da crônica “Desabafo”, a função da linguagem predominante é a emotiva ou expressiva, pois

A) O discurso do enunciador tem como foco o próprio código.

B) A atitude do enunciador se sobrepõe àquilo que está sendo dito.

C) O interlocutor é o foco do enunciador na construção da mensagem.

D) O referente é o elemento que se sobressai em detrimento dos demais.

20. Assinale a alternativa em que a palavra em itálico foi corretamente grafada:

a) Porquê, com a abertura da nossa economia, não aproveitaram para importar outro povo?

b) Com a abertura da nossa economia, por quê não aproveitaram para importar outro povo?

c) Com a abertura da nossa economia, não aproveitaram para importar outro povo. Porquê?

d) Não entendi o porque de não importarem outro povo, com a abertura da nossa economia.

Constitucional

21. "A excessiva demora do Legislativo em aprovar uma proposta de criminalização da homofobia permite que o Supremo Tribunal Federal atue por conta própria para fixar regras contra essa conduta.

É o que diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer enviado ao STF após processo apresentado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Para Janot, a corte pode antecipar-se ao Congresso e utilizar o texto da Lei de Racismo a quem cometer crimes resultantes de discriminação motivada por identidade ou orientação sexual.

Segundo o procurador-geral, o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais viola direitos fundamentais do cidadão e exige medida urgente. Além disso, ele disse que o Mandado de Injunção estabelecido na Constituição Federal permite o “diálogo institucional entre os poderes” e “a possibilidade de construção normativa no controle de constitucionalidade”.

(Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-20/pgr-muda-opinioao-cabe-supremo-criminalizar-homofobia>>) (texto adaptado)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - De acordo com o exposto acima, A PGR entende que é possível acolher o pedido de aplicação da Lei 7.716/1989 (Lei de Racismo) para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição

PORQUE

II - A necessária criminalização da homofobia e da transfobia não foi deixada apenas à discricionariedade política do legislador pela Constituição da República de 1988, a qual dispôs expressamente a respeito da punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, no art. 5º, XLI, constituindo um mandado expresso de criminalização.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

22.



"Caso paradigmático do beco sem saída da interpretação nacionalista dos tratados ocorreu recentemente, no chamado Caso da Guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, um tema (superação – ou não – da anistia a agentes da ditadura militar brasileira) foi analisado pelo Supremo Tribunal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No âmbito do STF, A ADPF n. 153 pleiteava que fosse interpretado o parágrafo único do art. 1º da lei 6.683 de 1979 conforme a Constituição de 1988, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão (civis ou militares) contra opositores políticos, durante o regime militar. O STF julgou em 28 de abril de 2010 a referida Lei constitucional.

Por sua vez, em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos humanos processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (guardiã da Convenção Americana de Direitos humanos), invocando, ao seu favor, a copiosa jurisprudência daquela Corte contrária às leis de anistia e favorável ao dever de investigação, persecução e punição penal dos violadores de Direitos Humanos. Para a Comissão, o Brasil deve responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, membros do PCdoB, como resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil. Ainda segundo a petição inicial da Comissão, o Estado deve ser responsabilizado internacionalmente por não ter realizado uma investigação penal com o objetivo de julgar e sancionar os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas. Também a Comissão considerou que os recursos judiciais de natureza civil com vistas a obter informação sobre os fatos não foram efetivos para garantir aos familiares das vítimas o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia. Por fim, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação, violaram o direito à integridade psíquica dos familiares dos desaparecidos e da pessoa. Em 24 de novembro de 2010, meses após

a decisão do STF, a Corte condenou o Brasil, julgando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 106/107, jan/dez. 2011/2012) (adaptado)

A partir da charge e do texto assinale a opção correta:

A) Há um conflito insolúvel entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos no que tange à aplicabilidade da lei da anistia.

B) O aparente conflito entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos poderia ter sido solucionado de forma preventiva, por meio do Diálogo das cortes, se o STF tivesse utilizado das posições dos diversos órgãos internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil já se submeteu na fundamentação de sua decisão.

C) Não se pode falar no Brasil na existência de um controle de convencionalidade de atos normativos internos em face de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

D) Deve prevalecer, no caso, a decisão do STF, em razão da soberania nacional.

23. Acerca da ADI, da ADC e da ADPF, assinale a opção correta.

A) Omissão legislativa federal ou estadual que obste a efetividade da CF pode ser objeto de ADI, mas não o pode a omissão administrativa.

B) Podem ser objeto de ADI, entre outros, os atos normativos editados por pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais ou estaduais.

C) Segundo entendimento do STF, todos os legitimados para propor ADI possuem capacidade processual plena e podem subscrever a peça inicial da ação sem auxílio de advogado.

D) Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em ADC, nova análise contestatória da matéria só poderá ser feita mediante a decisão de dois terços dos membros do STF.

24. A respeito da ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

A) Não se considera o município entidade federativa, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

B) As formas de Estado e de governo adotadas na CF são consideradas, devido a previsão expressa, cláusulas pétreas.

C) Quanto ao modo de elaboração, a CF é uma Constituição dogmática, na medida em que se apresenta como produto escrito e sistematizado por

um órgão constituinte, a partir de valores predominantes em determinado momento histórico.

D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser novamente apresentada na mesma legislatura.

25. Com base no disposto na CF a respeito da competência dos estados-membros e dos municípios e do procedimento de intervenção federal e estadual, assinale a opção correta.

A) Cabe, em todos os casos, ao presidente da República a iniciativa de decretação de intervenção federal nos estados e no DF, competindo-lhe, ainda, formalizá-la mediante decreto.

B) A intervenção nos municípios cabe somente aos estados-membros, salvo em municípios localizados nos territórios federais, caso em que a concretização da intervenção compete ao Senado Federal.

C) A fiscalização do município compete à assembleia legislativa do respectivo estado, mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou do município ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

D) O poder de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, é dos estados, que devem editar lei complementar para fazê-lo

26. Considerando os critérios de classificação das constituições assinale as afirmações a seguir:

I - Constituições promulgadas são impostas pelos governantes, elaboradas sem a participação do povo. O líder político, ou grupo instalado no poder, decreta a Constituição do país, que, em geral, possui traços autoritários. Na história Brasileira há três constituições formalmente outorgadas.

II – Constituições ditas “normativas” são as que efetivamente conformam o processo político e as relações sociais, sendo objeto de plena observância pela sociedade. As relações de poder, de fato, se desenvolvem em conformidade com as regras e os princípios fixados no texto constitucional.

III – As constituições “garantia” apenas estruturam e limitam o exercício do poder político. São constituições liberais, sintéticas, em regra, cuja função é estabelecer anteparos de proteção do indivíduo contra o poder do Estado e organizar o governo com base no compromisso com a moderação.

IV – A “rigidez” constitucional que fora proposto por James Bryce, para quem a característica específica dessas constituições “reside no fato de que estas constituições possuem uma autoridade superior à das outras leis do Estado, e podem ser alteradas através de método diferente daquele através dos quais as outras leis podem ser editadas ou revogadas”.

Com base nas afirmações, marque a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) Todas estão corretas.

27. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II - O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III - A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está incorreta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

28. A palavra "neoconstitucionalismo" não é empregada no debate constitucional norteamericano, nem tampouco no que é travado na Alemanha. Trata-se de um conceito formulado sobretudo na Espanha e na Itália, mas que tem reverberado bastante na doutrina brasileira nos últimos anos, sobretudo depois da ampla divulgação que teve aqui a importante coletânea intitulada Neoconstitucionalismo(s), organizada pelo jurista mexicano Miguel Carbonell, e publicada na Espanha em 2003(SARMENTO, Daniel. "O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades". In: SARMENTO, Daniel. Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Até a Segunda Guerra Mundial não se atribuía força normativa às constituições e aos princípios jurídicos e não se considerava como importantes no processo de aplicação do Direito.

PORQUE

II - Prevalencia no velho continente (países romano-germânicos) uma cultura jurídica essencialmente legicêntrica, que tratava a lei editada pelo

parlamento como a fonte principal - quase como a fonte exclusiva - do Direito

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

29. "A Carta de 1988 é, sem nenhuma dúvida, uma Constituição que tem os olhos postos no futuro – embora ela não deixe de conter também um acerto de contas com o passado. Trata-se de uma ordem constitucional que se propõe a ambiciosa empreitada de reconstruir o Estado e a sociedade brasileira sobre bases mais justas e equânimes; de refundar a República a partir de um projeto solidário e inclusivo. É evidente, no entanto, que entre a promessa constitucional e a realidade, medeia um espaço às vezes grande demais, que não será transposto apenas pelo voluntarismo do intérprete. Não se nega aqui que a exacerbação da dimensão utópica da Constituição encerra riscos que não podem ser negligenciados, dentre os quais a própria erosão da sua força normativa. Podemos, assim, conjugar a percepção sobre a reverência devida ao constituinte derivado, como expressão do direito democrático à autodeterminação das gerações presentes e futuras – o que enseja uma interpretação não maximadora das cláusulas pétreas". (SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado. N.º 12, ISSN 1981-1888. Salvador-BA, 2008).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A visão de que o direito adquirido configura uma garantia constitucional importante, mas que não foi posto pelo constituinte num pedestal, acima dos demais direitos fundamentais e interesses constitucionais e a noção de que a Constituição de 1988 propõe-se, essencialmente, a modificar as estruturas sociais e não a conservá-las nos leva a entender que os direitos adquiridos não são um limite para constituinte derivado.

PORQUE

II - Sujeitar as emendas à Constituição ao acatamento incondicionado de todos os direitos adquiridos no passado é fazer pouco do direito de cada geração de construir seu próprio caminho, mas é também, e acima de tudo, eternizar um *status quo* rebelde às dimensões transformadoras que, por imperativo constitucional, devem estar presentes no direito brasileiro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

30. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

Direito Civil

31. Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar o ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente.
- b) O abuso de direito caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolação dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.
- c) O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro.
- d) É essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar o terceiro, seja na prática do ato ilícito como na conduta abusiva.

32. A partir da compreensão dos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa correta:

- a) Os variados prazos ditados pelos artigos 205 e 206 do Código Civil, por não se reportarem a direitos potestativos, são considerados, pois, como prescricionais extintivos.

b) Os prazos considerados decadenciais do Código Civil são aplicáveis aos denominados direitos potestativos, ou seja,

são direitos subjetivos que exigem do outro uma contraprestação ou um dever específico.

c) Todo prazo considerado prescricional está ligado a uma pretensão, ou seja, ao poder que alguém tem de opor-se a uma violação sofrida, prazos estes que se encontram na parte especial do Código Civil.

d) O magistrado não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de direitos, salvo aqueles não patrimoniais ou os concernentes aos absolutamente incapazes.

33. O artigo 108 do Código Civil de 2002 estabelece que: "Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País".

Analise a situação abaixo:

Duas pessoas maiores e capazes celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), documentando o ato por meio de instrumento particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma.

Com base no artigo transcrito acima e na situação relatada é correto afirmar que:

a) O Código Civil prestigia o princípio da conservação dos atos jurídicos, porém não previu meio de conservar negócios jurídicos eivados de nulidade absoluta.

b) Ao juiz caberá declarar de ofício a nulidade absoluta do negócio jurídico, não podendo, no caso apresentado, aproveitar a vontade válida declarada no instrumento particular a pedido do contratante interessado.

c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, mas, nesse caso é possível uma nova qualificação desse negócio jurídico que seria eivado de nulidade absoluta.

d) Um acordo de vontades não pode contrariar dispositivo legal sob pena de nulidade absoluta.

34. Mariana locou uma casa de Francisco, morando no referido imóvel no período de 01/02/2012 a 30/09/2012, sendo que o aluguel vencia todo dia 05 de cada mês. Ocorre que Mariana se mudou e não pagou o último mês que morou no imóvel de Francisco. Na data de 10/10/2015, Francisco resolveu cobrar de Mariana o mês não pago. Levando em consideração que o Código Civil prevê para essa hipótese prazo prescricional de 03 anos, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Francisco está extinta em razão de não ter exercido seu direito potestativo dentro de um prazo legal.

- b) Mariana é titular de um direito potestativo, razão pela qual pode renunciar ao direito de alegar a prescrição, e pagar a dívida prescrita.
- c) A renúncia por Mariana valerá, pois basta, para tanto, apenas que o prazo prescricional tenha sido consumado.
- d) Mariana e Francisco não poderão estabelecer um prazo maior para a extinção da pretensão, mesmo não prejudicando direitos de terceiros.

35. Em relação às invalidades do negócio jurídico, analise as assertivas abaixo:

I – A arguição de nulidade de um negócio jurídico, ao contrário da anulabilidade não está sujeita a prazo.

II – A nulidade alcança as hipóteses em que a lei taxativamente declarar o ato ou o negócio nulo, bem como aquele praticado para fraudar lei imperativa.

III – As nulidades do negócio jurídico devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, que também as pode sanar.

IV – Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.

V – Não será anulável o negócio jurídico se for preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Das proposições acima:

- a) Duas são verdadeiras e três são falsas.
 b) Duas são falsas e três são verdadeiras.
 c) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.
 d) Quatro são falsas e uma é verdadeira.

36. Joaquim, pessoa capaz, desapareceu de seu domicílio, deixando vários bens que precisam ser administrados, e não há notícias de seu paradeiro. À luz do Código Civil vigente é correto afirmar:

- a) O juiz declarará a morte presumida de Joaquim, mas sem decretar sua ausência, tendo em vista que é pessoa capaz até que se prove o contrário.
 b) Nesse caso, o juiz declara a morte presumida com decretação de ausência e nomeia curador para administrar os bens deixados, transferindo ainda nessa fase, mas de forma provisória, os bens aos sucessores de Joaquim.
 c) Se Joaquim regressar na fase da sucessão provisória e, mesmo tendo dado causa à ausência, tomará posse de seus bens.
 d) Se um dos herdeiros não puder prestar caução para se imitar na posse será excluído da sucessão provisória.

37. Levando em consideração as regras aplicáveis às pessoas jurídicas, marque a opção correta:

- a) O Ministério Público, quando couber intervir, poderá declarar de ofício a desconsideração da personalidade jurídica de uma pessoa jurídica uma vez comprovada o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial.
 b) Nas associações podem existir categorias com vantagens especiais, mas nas fundações só se houver previsão no estatuto.

c) Fundação é uma sociedade de pessoas com fins devidamente especificados pelo instituidor, e sujeita à fiscalização do Ministério Público Estadual.

d) A elaboração do ato constitutivo, mesmo sendo feito através de instrumento público, não pressupõe a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado.

38. Em relação às classificações dos bens dispostas no Código Civil, considere as assertivas abaixo:

I - As pertenças por manterem a individualidade não acompanham o bem principal, salvo se houver interesse das partes.

II - Bens de uso especial e comum do povo são de livre acesso, mesmo nos casos em que o acesso é oneroso.

III - Considera-se benfeitoria qualquer melhoria ou acréscimos sobrevindos ao bem principal, ainda que sem a intervenção do homem.

IV - Os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis pela lei ou pela vontade das partes.

V - Um bem imóvel não pode readquirir a característica de bem móvel.

Marque a opção CORRETA:

- a) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.
 b) Quatro são falsas e uma é verdadeira.
 c) Três são verdadeiras e duas são falsas.
 d) Duas são verdadeiras e três são falsas.

39. Quanto aos direitos da personalidade é incorreto afirmar que:

- a) A personalidade jurídica da pessoa natural é extinta com a morte, portanto só se exerce a tutela da personalidade em vida.
 b) Os direitos da personalidade são indisponíveis, mas excepcionalmente é admitida a disponibilidade por seu titular.
 c) O pseudônimo nem sempre recebe a mesma proteção relacionada ao nome.
 d) É possível a divulgação da imagem da pessoa sem a sua devida e prévia autorização.

40. Considerando os requisitos do plano de validade do negócio jurídico é correto afirmar que:

- a) A forma de um negócio jurídico resulta da lei, sendo vedado as partes de comum acordo exigir uma formalidade que a lei não previu.
 b) A manifestação de vontade poderá ser dispensada em um negócio jurídico se as partes forem capazes e não prejudicar interesse de terceiro.
 c) Havendo concordância das partes interessadas, o silêncio como manifestação de vontade será possível nas hipóteses em que se exige a manifestação expressa.
 d) Se as partes convencionarem a obrigatoriedade de um negócio jurídico ser realizado com formalidade, esta passará a ser exigível, mesmo que a lei não determine formalidade para o ato.

Filosofia

41. Considerando os conceitos de direito e de moral, assinale a opção correta à luz da filosofia do direito.

- a) Kant desenvolveu a teoria do mínimo ético, segundo a qual o direito representa todo o conteúdo moral obrigatório para que a sociedade possa sobreviver minimamente.
- b) Hans Kelsen formulou a teoria da bilateralidade atributiva, asseverando que a moral não se distingue do direito, mas o complementa por meio da bilateralidade ou intersubjetividade.
- c) Christian Thomasius propôs a distinção entre o direito e a moral, sob a inspiração pufendorfiana, com base na ideia de coação.
- d) Thomas Hobbes desenvolveu a teoria da atributividade, segundo a qual direito e moral estão inter-relacionados, tendo ambos origem no direito natural.

42. Ao comentar a doutrina aristotélica da justiça, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra Estudos de Filosofia do Direito, indica aquele que seria o "preceito básico do direito justo, pois só por meio dele a justiça se revelaria em sua atualidade plena". Este preceito, que também pode ser definido como "uma feliz retificação do justo estritamente legal" ou ainda "o justo na concretude", é denominado

- a) dignidade.
- b) vontade.
- c) equidade.
- d) piedade.

43. A palavra política é empregada ora para significar uma atividade específica (o governo), realizada por certo tipo de profissional (o político), ora para significar uma ação coletiva (o movimento estudantil nas ruas, por exemplo) de reivindicação de alguma causa, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado. Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política refere-se às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo ou como interlocutor o governo ou o Estado?

Considerando o texto acima e os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue as assertivas a seguir.

I - Com relação à postura do governante diante da ideia de fortuna, Maquiavel afirma que é melhor ser impetuoso que cauteloso, pois o ímpeto é uma virtude política, enquanto a cautela é uma virtude econômica.

II - Para Aristóteles, tanto a alma quanto a cidade constituem-se de estrutura tripartite: a alma é formada por três partes e a cidade, por três tipos de cidadãos. A cada parte da alma corresponderia um tipo de cidadão e apenas um desses tipos de cidadão seria apto para governar a cidade, o filósofo.

III - Diferentemente de Platão, que enfatiza a necessidade da formação filosófica do governante na aquisição de aptidão para governar a cidade, Aristóteles propõe que as instituições é que devem funcionar da melhor maneira possível para a excelência da governança política.

IV - A expressão "os fins justificam os meios", citada textualmente na obra O príncipe, de Maquiavel, indica que a legitimidade de um governo deve ser garantida, mesmo que sejam utilizadas estratégias impopulares, para que, ao fim, sejam garantidos os melhores resultados ao povo. Nesse sentido, a ideia de que é melhor ser temido que ser amado busca garantir que os efeitos do uso da força para o governo sejam constantemente vinculados à soberania do governante, associado fundamentalmente ao poder econômico e religioso.

- a) As assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) A assertiva III é falsa.

44. Para Sartre, a liberdade não pode mais ser condicionada por algum tipo de determinismo. A partir da assunção de que não existe um Deus responsável por guiar nossas ações, a liberdade torna-se um incondicionado em relação ao mundo natural. Nesse sentido, Sartre afirma que o homem não pode não ser livre, ou seja, a liberdade do homem tem caráter ontológico. O sentimento de angústia é, para esse autor, derivado da consciência dessa liberdade sem amarras ontológicas. A má-fé seria justamente o ato de negar, conscientemente, essa liberdade que, por ser ontológica, é inescapável. A liberdade individual, entretanto, não é um incondicionado em geral, está relacionada também à liberdade dos outros, levando, assim, o filósofo a caracterizar a existência humana como conflito entre liberdades.



Internet: <ultralafa.wordpress.com>

Considerando-se que as análises de Sartre, influenciadas pelo existencialismo, remetiam a situações ordinárias da vida humana, é correto afirmar que a ideia desse autor representada na tira acima é a

- a) da má-fé.
- b) do conflito.
- c) da angústia.
- d) do determinismo.

45. À luz das regras lógicas do silogismo categórico, analise as seguintes premissas:

Algum ministro não é honesto
Ora, todo ministro é poderoso.

Assinale a opção que apresenta a conclusão que, juntamente com as premissas apresentadas, torna o argumento válido.

- a) Logo, algum ministro é honesto.
- b) Logo, todo honesto é poderoso
- c) Logo, algum poderoso não é honesto.
- d) Logo, algum honesto não é poderoso.

Penal

46. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à NORMA PENAL NÃO INCRIMINADORA, com base nas assertivas de I a IV:

I - A norma penal não incriminadora só possui o preceito primário e tem caráter procedimental, processual, conceitual.

II - Podem ser explicativas ou interpretativas, quando esclarecem o conteúdo de outras normas ou fornecem princípios ou teorias gerais para a aplicação da lei penal.

III - Podem ser permissivas, quando autorizam a prática de crimes.

IV - Podem ser exculpatas, quando excluem a culpa do agente na prática da conduta.

- a) As assertivas I e V são verdadeiras.
- b) A assertiva II é falsa.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) A assertiva III é falsa.

47. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à NORMA PENAL INCRIMINADORA, com base nas assertivas de I a V:

I - Definem novos tipos penais e cominam as respectivas sanções, podendo retroagir.

II - Excluem do mundo jurídico o tipo penal e sempre retroagem.

III - Pioram o tipo penal já existente nunca retroagindo.

IV - Melhoram o tipo penal já existente, carregando consigo o princípio da retroatividade.

V - Pioram o tipo penal já existente, carregando consigo o princípio da ultratividade.

- a) A assertiva I é falsa.
- b) As assertivas II e III são verdadeiras.
- c) As assertivas IV e V são falsas.
- d) A assertiva V é falsa.

48. Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito à NORMA PENAL EM BRANCO, levando-se em consideração as assertivas de I a V:

I - As normas penais em branco são aquelas que estabelecem as regras ou cominação penal, ou seja, a sanção penal, mas remetem a complementação para que possam ser aplicadas ao fato concreto.

II - Podem depender de complemento normativo.

III - Seu complemento pode ser homovitelino ou heterovitelino.

IV - Seu complemento pode ser heterogêneo e ao mesmo tempo heterovitelino.

V - Podem depender de complemento valorativo, ou seja, a norma jurídica tem que valorar a melhor maneira de sua aplicação.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas IV e V são falsas.
- c) A assertiva III é falsa.
- d) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.

49. Assinale a alternativa CORRETA acerca da NORMA PENAL EM BRANCO DE COMPLEMENTO HOMOVELITINO, com base nas assertivas de I a V:

I - Lei penal complementada por lei penal.

II - Lei civil complementada por lei civil.

III - Lei penal complementada por lei civil.

IV - Lei civil complementada por lei penal.

V - Lei complementada por norma diversa.

- a) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- b) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- c) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

50. Assinale a alternativa CORRETA acerca da NORMA PENAL EM BRANCO DE COMPLEMENTO HETEROVELITINO, com base nas assertivas de I a V:

I - Lei penal complementada por lei penal.

II - Lei civil complementada por lei civil.

III - Lei penal complementada por lei civil.

IV - Lei civil complementada por lei penal.

V - Lei complementada por norma diversa.

- a) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- b) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- c) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

51. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à MISSÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO PENAL, com base nas assertivas de I a V:

I - Reconhecer o fato insignificante, detectar a culpabilidade, estabelecer a pena.

II - Intervenção mínima, defesa de bens jurídicos, aquilatar a ofensividade.

III - Defender bens jurídicos, reconhecer a insignificância e intervenção mínima.

IV - Estabelecer a necessidade e a suficiência da pena, conceder o perdão judicial e detectar o fato penalmente irrelevante.

V - Estabelecer a culpabilidade, aquilatar a ofensividade e verificar a materialidade do fato.

- a) Apenas as assertivas I, II e III são falsas.
- b) Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva I é falsa.
- d) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

52. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à LEI PENAL, com base nas assertivas de I a V:

I - Princípio da Retroatividade da lei penal mais branda.

II - Princípio da Irretroatividade da lei penal mais severa.

III – Princípio da Ultratividade

IV - Princípio da Taxatividade ou da Determinação

V - Princípio da Anterioridade

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas quatro assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

53. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao FATO PENALMENTE RELEVANTE, com base nas assertivas de I a V:

I - Princípio da materialidade e Princípio da legalidade.

II - Princípio da legalidade e Princípio da intervenção mínima.

III – Princípio da ofensividade e Princípio da culpabilidade.

IV - Princípio da verdade real e Princípio da responsabilidade subjetiva.

V – Princípio da ultratividade e Princípio da retroatividade benéfica.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

54. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

I – Responsabilidade Subjetiva.

II – Igualdade ou isonomia

III – Proibição da presunção de culpabilidade.

IV – Culpabilidade normativa.

V – Imputabilidade.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

55. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

I - Inimputabilidade

II - Potencial conhecimento da licitude.

III - Medida da culpabilidade.

IV - Exigibilidade de conduta diversa.

V – Situação psicológica do sujeito.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva V é verdadeira.
- c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva III é verdadeira.

Teoria Geral do Processo

56. Estabelece o novo Código de Processo Civil que sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra. Tal regra encontra fundamento constitucional no princípio:

- a) da efetividade;
- b) da economia processual;
- c) do contraditório;
- d) dispositivo;

57. A alternativa que alude apenas aos elementos da ação é:

- a) órgão jurisdicional, partes e pedido;
- b) órgão jurisdicional, causa de pedir e demanda;
- c) partes, causa de pedir e pedido;
- d) partes, interesse processual e pedido;

58. Sobre a incompetência absoluta, é correto afirmar que:

- a) se trata de vício passível de conhecimento exofficio pelo próprio órgão jurisdicional, gerando a nulidade dos atos decisórios praticados;
- b) se trata de vício cujo reconhecimento depende exclusivamente da arguição pela parte ré, sob a forma de exceção de incompetência;
- c) se trata de vício cujo reconhecimento depende exclusivamente da arguição pela parte ré, sob a forma de preliminar em contestação;
- d) se trata de vício passível de conhecimento exofficio pelo próprio órgão jurisdicional, embora sem comprometer a validade dos atos decisórios praticados;

59. José propôs ação de cobrança em face de Maria, pleiteando a condenação desta a lhe pagar a quantia de dez mil reais. Concluindo que os fatos constitutivos do direito de crédito restaram comprovados, o juiz julgou procedente o pedido, condenando a ré, porém, a pagar ao autor a quantia de vinte mil reais. Nesse cenário, pode-se concluir que houve um julgamento:

- a) citra petita, sendo a sentença passível de anulação;
- b) extra petita, sendo a sentença passível de anulação;
- c) extra petita, sendo a sentença passível de reforma;
- d) ultra petita, sendo passível de anulação apenas a parte da sentença correspondente ao excesso, o qual deverá ser podado.

60. Paula propôs uma demanda indenizatória. Apesar de o réu ter ficado revel, os pedidos de Paula foram julgados improcedentes, com trânsito em julgado. Inconformada, Paula propõe a mesma demanda novamente, no ano seguinte. Nesse caso, se o réu apresentar defesa, o novo processo deve ser extinto:

- a) com resolução do mérito, por economia processual;

b) sem resolução do mérito, por violar a coisa julgada

c) sem resolução do mérito, por litispendência;

d) com resolução do mérito, por violar a boa-fé;

61. O princípio constitucional do juiz natural identifica o juiz competente para o julgamento da causa com base em regras estabelecidas previamente à ocorrência do fato em questão. Esse princípio garante a imparcialidade da própria pessoa do juiz.

Nesse sentido, o nosso ordenamento jurídico:

a) proíbe a instituição de juízo ou tribunal de exceção;

b) admite que se escolha o juízo da causa por foro de eleição;

c) proíbe que se ajuíze novamente uma mesma demanda quando a primeira foi extinta por carência de ação;

d) proíbe a criação de varas especializadas nas comarcas;

62. Assinale a alternativa correta;

I – A adequação teleológica evita que processos sejam interpostos na via inadequada como, por exemplo, ações de alta complexidade e valoração em juizados especiais.

II – Um exemplo de adequação objetiva se vislumbra nos casos de prioridade de tramitação de processos no caso do titular da ação se tratar de idoso, com base no próprio Estatuto do Idoso.

III – As decisões do juiz de direito não podem ser reformadas, salvo se por outros magistrados, com base no princípio da separação dos poderes esculpido no art.2º da Constituição Federal

IV – A boa fé processual fomenta a idéia de lealdade entre as partes, estabelecendo cooperação mútua que estimula, por exemplo, a conciliação da lide estudada na transação.

V – O princípio do favor rei traduz a idéia de que as partes devem contribuir com a celeridade do processo, auxiliando o magistrado a dar a sentença de mérito o mais rápido possível.

a) Somente uma assertiva é verdadeira;

b) Somente duas assertivas são verdadeiras;

c) Somente três assertivas são verdadeiras;

d) Somente quatro assertivas são verdadeiras;

63. Assinale alternativa correta;

I - A comarca de Porto Velho/RO possui dez varas trabalhistas em sua estrutura de primeiro grau.

II - Toda continência é uma conexão.

III - O Perpetuatio Jurisdictiones é efeito consequente da preclusão por parte do réu após a apresentação da réplica, tendo como consequência da fixação da competência em processos eivados de incompetência relativa.

IV - A competência territorial será relativa quando tratar de litígios que recaiam sobre vizinhança, posse e propriedade.

V - Caso exista conflito de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal

Regional Eleitoral (TRE), o órgão competente é o Supremo Tribunal Federal (STF).

a) Somente uma questão é verdadeira

b) Somente duas questões são verdadeiras

c) Todas são verdadeiras

d) Todas são falsas

64. Sobre Competência, marque a alternativa correta;

I - O princípio do kompetenzkompetenz pressupõe que todo órgão tem competência para declarar-se incompetente, sob pena de decisão inexistente.

II - declara-se proposta a ação no despacho inicial, quando, na comarca, houver mais de uma vara e pela distribuição, quando houver vara única.

III - O juiz a quo é aquele que, essencialmente, conhece o processo pela primeira vez, tendo competência originária.

IV - Com a fixação da competência, ocorre a estabilização da competência, salvo em casos de supressão do órgão judiciário ou alteração da competência em razão da matéria ou da hierarquia.

V - Caso o órgão do judiciário seja extinto, as sentenças proferidas com trânsito em julgado são redistribuídas para a nova vara, são desconstituídas para nova sentença.

a) Somente uma questão é verdadeira

b) Somente duas questões são verdadeiras

c) Todas são falsas

d) Somente três questões são verdadeiras

65. São garantias do juiz natural, previstos constitucionalmente, EXCETO;

a) Inamovibilidade

b) Irredutibilidade de subsídios

c) Vitaliciedade

d) Exercer qualquer outro cargo, junto a sua atividade jurisdicional

Fundamentos Antropológicos da Ética Cristã

66. O homem nasce com a capacidade de distinguir a conduta correta daquela considerada incorreta? Ou será que deixamos de fazer o mal apenas com receio de que os outros possam descobrir? O que é o bem? O que é o mal? O que é justo e injusto? Como devemos agir? Como equilibrar minhas necessidades com as necessidades dos outros? A ética é o estudo formal dos padrões morais e da conduta. (DIMENSTEIN, Gilberto. Dez Lições de Filosofia, 2008, p. 152. Adaptado)

Com relação a esse assunto, analise os itens a seguir:

I. A ética é a parte da filosofia, que se ocupa da reflexão a respeito das noções e dos princípios que fundamentam a vida moral.

II. A consciência e a responsabilidade são condições indispensáveis à vida ética.

III. O campo ético é, assim, constituído dos valores e das obrigações, que formam o conteúdo das condutas morais, isto é, as virtudes.

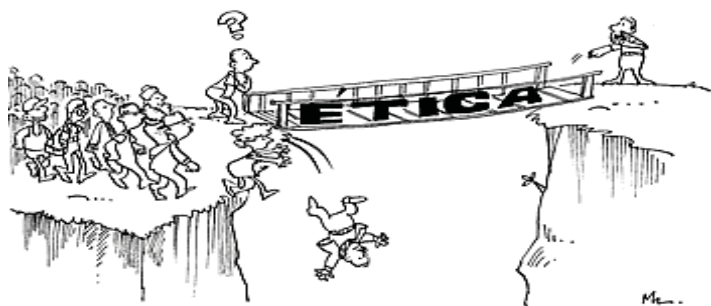
IV. A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.

V. O objetivo da ética é apontar rumos, descortinar horizontes para a realização do próprio ser humano.

Assinale a alternativa correta:

- A) apenas I, II, III e V.
- B) apenas I, III, IV e V.
- C) apenas IV e V.
- D) Apenas a V.

67.



Dom Walmor Oliveira de Azevedo. Disponível em: <<http://etica-bioetica.zip.net>>.

A charge acima representa um grupo de cidadãos pensando e agindo de modo diferenciado, frente a uma decisão cujo caminho exige um percurso ético. Considerando as imagens e as ideias que ela transmite, avalie as afirmativas que se seguem.

- I) A ética não se impõe imperativamente nem universalmente a cada cidadão; cada um terá que escolher por si mesmo os seus valores e ideias, isto é, praticar a auto ética.
- II) A ética política supõe o sujeito responsável por suas ações e pelo seu modo de agir na sociedade.
- III) A ética pode se reduzir ao político, do mesmo modo que o político pode se reduzir à ética, em um processo a serviço do sujeito responsável.
- IV) A ética prescinde de condições históricas e sociais, pois é no homem que se situa a decisão ética, quando ele escolhe os seus valores e as suas finalidades.
- V) A ética se dá de fora para dentro, como compreensão do mundo, na perspectiva do fortalecimento dos valores pessoais.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) III e IV
- b) I e V
- c) II e IV
- d) I e II

68. “A dimensão essencial que faz do homem um ser cultural é a liberdade. De fato, é graças à liberdade que ele consegue aquilo que os animais obtêm mediante os instintos” (MONDIN, Batista. Definição filosófica de pessoa humana. BAURU: EDUSC, 1998, p.17). A liberdade é uma característica central da existência humana, pois a

partir dela não vivemos condicionados pelos impulsos, como os demais animais. A liberdade pertence ao próprio ser do homem e gera a possibilidade de construir-se, ter autodomínio, ser pessoa, etc.

Considerando essa linha de pensamento, avalie as seguintes afirmações:

- I – Liberdade, em uma perspectiva de seu conceito positivo, significa viver as potencialidades de forma consciente, assumida e responsável.
- II – Na perspectiva da “liberdade para”, você é totalmente livre; portanto pode fazer o que bem entender e agir de da maneira que quiser, pois as consequências são sempre individuais.
- III – Liberdade pressupõe condição ética, ou seja, não existe liberdade sem responsabilidade, sem valores.

É correto o que se afirmou em:

- A) I, apenas.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) I, II e III.

69. “A cultura é o conjunto de todas as atividades e de todos os produtos que são frutos da iniciativa e da genialidade do homem. A cultura não é uma roupa que se vista ou se dispa ao próprio prazer, não é qualquer coisa acidental ou secundária, mas é um elemento constitutivo da essência do homem, ela faz parte da natureza humana. Sem a cultura não é possível existir nem a pessoa individualmente, nem o grupo social”. (MONDIN, Batista. Definição filosófica de pessoa humana. BAURU: EDUSC, 1998, p.11.15).

No que diz respeito ao estudo da cultura, avalie as asserções e a relação proposta entre elas:

I – O homem é em grande medida o artífice de si mesmo. Enquanto as plantas e os animais sofrem, no ambiente natural em que se encontram, o homem é capaz de cultivá-lo e de transformá-lo profundamente, adequando-o às próprias necessidades, pois a cultura possibilita desenvolver outras dimensões humanas.

PORQUE

II – A cultura abraça todas dimensões do fazer humano e a todas resume: a razão, a vontade, a liberdade, enquanto condições subjetivas necessárias para produzir a cultura; a linguagem, a técnica, a religião, a arte, a literatura etc., são produtos eminentemente culturais. Por meio da cultura o ser humano transmite essas dimensões e torna-se o artífice de si mesmo.

A respeito das asserções, assinale a opção correta:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é justificativa da I.
- B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

70. “O homem não é uma ilha dispersa no oceano”. Ou seja, o homem é um ser no mundo, um “eu” que está sempre em comunicação com “outros eus”. O ser humano “se move constantemente em três direções: ao próximo, ao mundo e a Deus” (MONDIN, Batista. Definição filosófica de pessoa humana. BAURU: EDUSC, 1998, p.8).

A partir dos estudos realizados sobre as dimensões da pessoa humana, avalie as asserções a seguir:

I – O homem, sendo um ser autossuficiente, se relaciona e se comunica com os outros apenas por ser livre.

II – Na perspectiva da coexistência o homem é essencialmente um ser social: ele existe com os outros e realiza-se a si mesmo, em colaboração com os outros. Cada pessoa humana tem necessidade dos outros: para vir ao mundo, para crescer, para nutrir-se, para educar-se, para programar-se a si mesma e para realizar seu próprio projeto de humanidade.

III – Para entender a afirmação de Mondin, temos que ir além, partir para uma proexistência e transformar o viver com os outros, em um viver para os outros, em um ser para os outros.

É correto o que se afirmou em:

A) I, apenas, pois a comunicação depende da liberdade.

B) II e III, pois os conceitos de coexistência e proexistência indicam que o ser humano é um ser de relações.

C) I, II e III, por trazer os conceitos fundamentais sobre o homem.

D) I e II, pois os conceitos de autossuficiência e a coexistência explicam porque o ser humano não é uma ilha.

Teoria Geral do Estado

71. Com fundamento em conceitos básicos da Teoria Geral do Estado, é INCORRETO afirmar:

a) Todas as pessoas presentes no território do Estado, num determinado momento, inclusive estrangeiros e apátridas, fazem parte da população.

b) O conceito de Estado não se confunde com o de Nação.

c) São elementos constitutivos do Estado Moderno: povo, território e soberania.

d) A soberania é una, divisível, alienável e imprescritível.

72. A partir das idéias contidas no texto abaixo, assinale a opção correta acerca do indivíduo, da sociedade e do Estado.

“Sobre o Estado, relembremos apenas o que dizem os manuais: Estado é uma nação politicamente organizada, conceito sintético que demandaria desdobramentos esclarecedores, pelo menos quanto aos chamados elementos

constitutivos do Estado e, principalmente, sobre o modo como, em seu interior, se exerce a violência física legítima, cujo monopólio Max Weber considera necessário à própria existência do Estado Moderno. Gilmar F. Mendes, Inocêncio M. Coelho e Paulo G. G. Branco. Curso de direito constitucional. São Paulo, Saraiva, 2007”.

a) No caso brasileiro, a titularidade da soberania, por expressa previsão constitucional, é do Estado brasileiro.

b) Segundo a melhor doutrina, a soberania, em sua concepção contemporânea, constitui um atributo do Estado, manifestando-se, no campo interno, como o poder supremo de que dispõe o Estado para subordinar as demais vontades e excluir a competição de qualquer outro poder similar.

c) O vocábulo nação é bastante adequado para expressar tanto o sentido de povo, quanto o de Estado.

d) O conceito de Estado possui basicamente quatro elementos: nação, território, governo e soberania. Assim, não é possível que haja mais de uma nação em um determinado Estado, ou mais de um Estado para a mesma nação.

73. No Brasil adota-se dois sistemas eleitorais, quais sejam: majoritário e proporcional. O proporcional elege quais cargos de representação política?

a) Vereadores e deputados.

b) Vereadores e prefeitos.

c) Prefeitos, governadores, senadores e presidente da república.

d) Prefeitos, governadores e presidente da república.

74. De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre o tema, assinale a alternativa que reproduz a relação que Rousseau estabelece entre as ideias de Contrato Social e Desigualdade.

“Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituímos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna. (ROUSSEAU, J-J. Discours sur l’origine de l’inegalité. Apud NASCIMENTO, M. M. Rousseau: da servidão à liberdade. In WEFORT, F. (Org). Os clássicos da política, v. 1. São Paulo: Ática, 1989. P. 195.)”

a) O Contrato Social, uma imposição do soberano sobre seus súditos, elimina a liberdade natural e faz aumentar a fortuna dos fortes e opressão sobre os fracos.

b) O Contrato Social, regulamento aplicado a todos, divide igualmente a riqueza e as posses dos fortes entre os mais fracos para poder promover a igualdade social.

- c) O Contrato Social, um pacto legítimo, permite aos homens, em troca de sua liberdade natural, a vida em concórdia, ao estabelecer obrigações comuns a todos e equiparar as diferenças que a sorte fez favorecer a uns e não a outros.
- d) O Contrato social, um pacto de defesa dos mais fracos, elimina a desigualdade, ao submeter os ricos ao poder dos fracos e assim permite que as posses sejam igualmente distribuídas.

75. Os Partidos Políticos se enquadram em que tipo de personalidade jurídica?

- a) Pessoas jurídicas de direito privado.
b) Pessoas jurídicas de direito público e privado.
c) Pessoas jurídicas de direito público.
d) Não tem personalidade jurídica própria.

Sociologia Jurídica

76. Na perspectiva da sociologia jurídica,

- a) o direito é um aprimoramento do caráter humano.
b) o direito é uma função da sociedade.
c) o direito é proveniente de uma autoridade bem formada (Deus, Natureza ou Razão humana).
d) Deus e a Natureza são objetos de estudo, porque o são de todas as áreas relacionadas ao direito.

77. Uma das dificuldades epistemológicas referentes à sociologia jurídica é a ausência de definições claras, objetivas e consensuais. Essa dificuldade ocorre porque

- a) a sociologia jurídica exclui do âmbito de sua investigação a análise de adesão de atores sociais a normas jurídicas.
b) a sociologia jurídica é uma ciência humana carregada de subjetividade.
c) há um pluralismo jurídico e modelos de interlegalidades que nele se fundamentam.
d) sociólogos e juristas divergem, academicamente, quanto às metodologias de trabalho na área.

78. No que se refere ao racismo no Brasil, assinale a opção correta.

- a) Após os golpes de estado de 1964 e 1968, o mito da democracia racial continua a servir como ideal ou inspiração na sociedade brasileira.
b) A formulação de Gilberto Freire sobre o país constituir uma democracia social foi, historicamente, rejeitada no Brasil.
c) Para Florestan Fernandes, o racismo mascarado desempenhou importante papel na manutenção das desigualdades na sociedade brasileira.
d) A existência de mobilidade social e de abertura racial significa ausência de preconceitos e de discriminação, conforme Florestan Fernandes.

79. Para Max Weber uma ação social significa uma ação

- a) que se caracteriza por um sentido objetivamente correto ou verdadeiro, obtido por indagação metafísica.
b) impossível de ser compreendida pelo analista.

c) que se orienta exclusivamente pela expectativa de determinado comportamento de objetos materiais.

d) que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.

80. Um dos principais conceitos elaborados por Max Weber para analisar as relações de mando e obediência na sociedade é o de "dominação". Quais os três tipos de dominação de uma ordem legítima definidos pelo autor?

- a) Moderna, patrimonialista e demagoga.
b) Racional legal, tradicional e carismática.
c) Capitalista, socialista científica e socialista utópica.
d) Moderna, tradicional e demagoga.